



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000379517

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1018879-88.2014.8.26.0053, da Comarca de São Paulo, em que são apelantes ABMAEL PIRES DA SILVA, GAMALIEL DE ALMEIDA PIRES, LAERTE DE ALMEIDA PIRES, TERESINHA LAZARA FERRAZ ARAÚJO, DIRCEU MENDES MARTINS, TERESINHA DE OLIVEIRA MARTINS, GERALDO MENDES MARTINS, LAERCIO MENDES MARTINS, VICENTE PAVAN, LUIZ PAVAN NETO, AGAPITO CAVERO, ANTONIO CARLOS FERRACIN, MARIA APARECIDA MARTINS BAGALHI, DIRCE APARECIDA MENDES MARTINS, PAULO ROBERTO MENDES MARTINS, CONCEIÇÃO MANTOVANI CORREIA, EVARISTO MANTOVANI, MARIA MANTOVANI DELFINO, MARIA APARECIDA PAVAN BERNARDINO, JONAS PETITO, MARIA PINTO SILVA, LOURDES DE LIMA, TEREZINHA GERDULO BENDAGLIA, MARIO LUIZ LANÇAS, MARIA DE LOURDES SILVESTRE LANÇAS, ANA LUCIA LANÇAS GOMES, FERNANDO JOSÉ SILVESTRE LANÇAS, FLAVIO AUGUSTO LANÇAS, VERA LUCIA PINHEIRO PIMENTA, WALTER KYBURZ, AUREA MIWA SHIBANO KAKUDA, JOÃO PEDRO FRANCO RIBEIRO, FRANCISCA TINTI PIRES (ESPÓLIO), JOAO DE DEUS ARAUJO (ESPÓLIO), JOSE MANTOVANI (ESPÓLIO), CONCEIÇÃO APOLONIA (ESPÓLIO), MARIO LANÇAS (ESPÓLIO), MARIA EEGLE GERDULO DE SOUZA, JOSE CARLOS GERDULLO e CLOVIS DE ALMEIDA PIRES, é apelado BANCO DO BRASIL S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 17ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Deram provimento ao recurso. V. U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores IRINEU FAVA (Presidente) e SOUZA LOPES.

São Paulo, 22 de abril de 2025.

EDUARDO VELHO

Relator

Assinatura Eletrônica

APELAÇÃO CÍVEL nº 1018879-88.2014.8.26.0053

APELANTES: ABMAEL PIRES DA SILVA, GAMALIEL DE ALMEIDA PIRES, LAERTE DE ALMEIDA PIRES, TERESINHA LAZARA FERRAZ ARAÚJO, DIRCEU MENDES MARTINS, TERESINHA DE OLIVEIRA MARTINS, GERALDO MENDES MARTINS, LAERCIO MENDES MARTINS, VICENTE PAVAN, LUIZ PAVAN NETO, AGAPITO CAVERO, ANTONIO CARLOS FERRACIN, MARIA APARECIDA MARTINS BAGALHI, DIRCE APARECIDA MENDES MARTINS, PAULO ROBERTO MENDES MARTINS, CONCEIÇÃO MANTOVANI CORREIA, EVARISTO MANTOVANI, MARIA MANTOVANI DELFINO, MARIA APARECIDA PAVAN BERNARDINO, JONAS PETITO, MARIA PINTO SILVA, LOURDES DE LIMA, TEREZINHA GERDULO BENDAGLIA, MARIO LUIZ LANÇAS, MARIA DE LOURDES SILVESTRE LANÇAS, ANA LUCIA LANÇAS GOMES, FERNANDO JOSÉ SILVESTRE LANÇAS, FLAVIO AUGUSTO LANÇAS, VERA LUCIA PINHEIRO PIMENTA, WALTER KYBURZ, AUREA MIWA SHIBANO KAKUDA, JOÃO PEDRO FRANCO RIBEIRO, FRANCISCA TINTI PIRES, JOAO DE DEUS ARAUJO, JOSE MANTOVANI, CONCEIÇÃO APOLONIA, MARIO LANÇAS, MARIA EGGLE GERDULO DE SOUZA, JOSE CARLOS GERDULLO E CLOVIS DE ALMEIDA PIRES

APELADO: BANCO DO BRASIL S/A

INTERESSADO: RIO CLARO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS

VOTO nº 21740

APELAÇÃO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - PLANO VERÃO - RECURSO DO CREDOR - TEMA 677 DO STJ - Cálculos de atualização do saldo remanescente - Atualização do débito até efetivo pagamento e disponibilização Alteração da jurisprudência por meio do REsp nº 1.820.963/SP, com fixação da tese de que o depósito efetuado a título de garantia do juízo não isenta o devedor do pagamento dos consectários de sua mora Insurgência manifestada pela parte credora contra decisão que negou aplicação da nova tese fixada Cabimento - Aplicabilidade imediata do Tema 677 do STJ - Efeito vinculante imediato, conforme previsto no art. 1.040 do CPC. Precedentes do C STJ. Sentença reformada.

APELAÇÃO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - EXECUÇÃO INDIVIDUAL - Extinção pelo pagamento - Ausência de intimação do credor para dizer se satisfeito o crédito - Sentença de extinção que deverá ser anulada

para que o credor diga sobre a satisfação do crédito.

Recurso provido.

Trata-se de apelação interposta contra a sentença de fls. 637/638, republicada às fls. 721/723 que, após o pedido de expedição da guia de levantamento, julgou extinta a execução, nos termos do art. 924, inc. II, do Código de Processo Civil, e não deu oportunidade aos exequentes para dizerem sobre a satisfação do crédito.

Insurgem-se os exequentes, pleiteando, em síntese, que a sentença seja anulada para que haja o pagamento dos herdeiros, com o acolhimento da aplicação do tema 677, do Superior Tribunal de Justiça, para o fim de atualizar-se o saldo devedor até efetivo pagamento e disponibilização.

Recurso desacompanhado de preparo por serem os requerentes beneficiários do diferimento das custas a fls. 160.

Contrarrazões a fls. 767/769.

É O RELATÓRIO

Tem razão os apelantes.

Em que pese o entendimento do MM. Juiz *a quo*, antes da extinção, deveria ter sido aberta vista aos credores para que então se manifestassem sobre a satisfação do seu crédito, sendo assim, como não o fez, a sentença deverá ser anulada.

Quanto ao **Tema 677**, não obstante já tenha decidido de modo diverso, não há como afastar o entendimento já pacificado pelo C. Superior Tribunal de Justiça e também amplamente agora adotado pela jurisprudência deste Eg. Tribunal de Justiça: “*Na execução, o depósito efetuado a título de garantia do juízo ou decorrente da penhora de ativos financeiros não isenta o devedor do pagamento dos consectários de sua mora, conforme previstos no título executivo, devendo-se, quando da efetiva entrega do dinheiro ao credor, deduzir do montante final devido o saldo da conta judicial.*”

Realmente, a aplicação imediata ou não da revisão do Tema 677 do C. STJ recentemente modificado pelo Acórdão do REsp 1.820.963/SP de 16/12/2022, gerou controvérsia, havendo decisões prolatadas nos dois sentidos, com parte das Câmaras entendendo pela necessidade de se aguardar o julgamento dos embargos de declaração ainda pendentes. Esta C. 17ª Câmara, inclusive, vinha se pronunciando no sentido dessa inaplicabilidade imediata do citado tema diante da modulação de seus efeitos em observância à segurança jurídica esculpido no art. 5º, XXXVI, CF/88, aplicando-se tão somente para fatos ocorridos após a fixação do novo Tema 677.

Todavia, inevitável que se faça a revisão do entendimento sobre os temas que rotineiramente são submetidos à apreciação deste Tribunal, entendendo-se agora por adotar o novo posicionamento para fins de aplicação imediata do Tema 677 do C. STJ.

Isso porque, a jurisprudência do C. STJ é firme no sentido de que a aplicação de tese consolidada em julgamento de recurso especial repetitivo não está condicionada ao trânsito em julgado do acórdão paradigma.

Nesse sentido:

“AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DEMANDA COLETIVA. CITAÇÃO. TÍTULO JUDICIAL. COISA JULGADA. REEXAME. SÚMULA Nº 7/STJ. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTOS DEPENDENTES OU FUNDAMENTO ÚNICO. ART. 1.021, § 1º, DO CPC. SÚMULA Nº 182/STJ. 1. A ausência de impugnação de fundamentos autônomos não acarreta o não conhecimento do recurso, mas tão somente a preclusão do tema, o que não se aplica na hipótese de decisão com fundamento único ou com capítulos que dependam um do outro. Precedente da Corte Especial. 2. No caso em apreço, incide o disposto no artigo 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil e no entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, reproduzido na redação da Súmula nº 182/STJ. 3. Nos termos da tese jurídica firmada no julgamento dos REsp 1.370.899/SP e 1.361.800/SP, os juros de mora incidem a partir da citação do devedor na

fase de conhecimento da Ação Civil Pública quando esta se fundar em responsabilidade contratual, sem que haja configuração da mora em momento anterior. 4. **A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de considerar prescindível o trânsito em julgado do acórdão submetido ao rito do art. 543-C do CPC para fins de aplicar o entendimento nele firmado no julgamento de outros recursos em trâmite nesta Corte.** 5. Agravo conhecido em parte e, nessa parte, não provido. (AgInt no REsp n. 2.023.118/SP, relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, julgado em 28/8/2023, DJe de 31/8/2023.)

“CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. INOVAÇÃO RECURSAL. MATÉRIAS NÃO IMPUGNADAS. PRECLUSÃO. PRÉVIA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA COLETIVA. AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE. NÃO CONHECIMENTO. RECURSO REPETITIVO. APLICAÇÃO IMEDIATA DO ENTENDIMENTO. DECISÃO MANTIDA. 1. É inviável o conhecimento da matéria suscitada apenas em agravo interno, constituindo indevida inovação recursal, ante a preclusão consumativa. 2. "A ausência de impugnação, no agravo interno, de capítulo autônomo e/ou independente da decisão monocrática do relator - proferida ao apreciar recurso especial ou agravo em recurso especial - (...) acarreta a preclusão da matéria não impugnada (...)" (EREsp n. 1.424.404/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, julgado em 20/10/2021, DJe 17/11/2021). 3. Ausente impugnação específica de fundamento da decisão agravada, em ofensa ao princípio da dialeticidade, impõe-se o não conhecimento do agravo no ponto (art. 932, III, do CPC/2015). 4. **"É desnecessário o trânsito em julgado do acórdão proferido em recurso especial representativo da controvérsia para que se possa aplicá-lo como precedente em situações semelhantes"** (AgRg nos EREsp 1323199/PR, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, julgado em 26/2/2014, DJe 7/3/2014). 5. Agravo interno parcialmente conhecido e não provido. (AgInt no REsp n. 2.030.958/SP, relator Ministro ANTONIO CARLOS

FERREIRA, Quarta Turma, julgado em 22/5/2023, DJe de 29/5/2023.)

Igualmente, esse passou a ser o entendimento dominante deste Eg. Tribunal:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL – Reexame de acórdão na forma do art. 1.030, inciso II, do Código de Processo Civil – Pretensão de cobrança de correção monetária e juros de mora sobre o valor depositado em juízo - Possibilidade – Hipótese em que o C. STJ, em sede de julgamento de recursos repetitivos (Tema 677), revisou o próprio entendimento para firmar a tese de que "na execução, o depósito efetuado a título de garantia do juízo ou decorrente da penhora de ativos financeiros não isenta o devedor do pagamento dos consectários de sua mora, conforme previstos no título executivo, devendo-se, quando da efetiva entrega do dinheiro ao credor, deduzir do montante final devido o saldo da conta judicial" – Aplicação do novo entendimento jurisprudencial que deve ser aplicada aos recursos pendentes de análise – Decisão reformada – RECURSO PROVIDO.” (TJSP, Agravo n. 2117990-46.2021.8.26.0000, 11ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. Renato Rangel Desinano, j. 27/02/2024)

“Agravo de instrumento. Ação Civil Pública. Caderneta de Poupança. Expurgos Inflacionários. Decisão guerreada que indeferiu pedido de aplicação imediata da revisão do tema 677 do STJ. Insurgência manifestada pela parte exequente. Cabimento. Termo final de atualização do valor devido. Reflexão sobre o tema, com alteração do entendimento anterior. Depósito judicial realizado pelo banco que tem finalidade única de garantia do juízo e não faz cessar a incidência de correção monetária e juros de mora nos termos determinados no título executivo judicial. Aplicabilidade do Tema 677 do STJ: "Na execução, o depósito efetuado a título de garantia do juízo ou decorrente da penhora de ativos financeiros não isenta o devedor do pagamento dos consectários de sua mora, conforme previstos no título executivo, devendo-se, quando da efetiva entrega do dinheiro ao credor, deduzir do montante final devido o saldo da conta judicial". Efeito

vinculante imediato, conforme previsto no artigo 1040 do CPC. Precedentes. Decisão reformada. Recurso provido.” (TJSP, Agravo 2005807-30.2024.8.26.0000, 18ª Câmara de Direito Provado, rel. Des. Sergio Gomes, j. 01/03/2024)

Nesse contexto e diante do novo entendimento da Corte Superior, não há como desconsiderar que o depósito inicial promovido pelo banco agravante se deu em mera garantia e não tem natureza de pagamento, sem afastar os consectários de sua mora, tudo sob pena desta C. Câmara ter de reanalisar seus julgados por determinação superior, com base no art. 1.030, II, do CPC.

Diante disso, fica determinado que em primeiro grau seja autorizada a elaboração do cálculo para apuração do saldo remanescente da execução, considerando o quanto ponderado pela parte exequente **sobre este valor residual**.

A sentença apelada deverá ser anulada para que haja a imediata aplicação da tese fixada no Tema 677 do Superior Tribunal de Justiça com vista à parte exequente a fim de que possa dizer sobre a satisfação do crédito.

Finalmente, apenas para evitar futuros questionamentos desnecessários, observo que tenho por expressamente ventilados, neste grau de jurisdição, todos dispositivos legais e constitucionais citados em sede recursal.

Nestes termos, **DOU PROVIMENTO** ao recurso de apelação.

EDUARDO VELHO

Relator